

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Procedimento licitatório: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2024

SAP nº 1000000111

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e substituição das torres metálicas de sustentação das correias transportadoras WC03 e WC04 do Corredor Leste de Exportação (COREX) da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, conforme justificativas, normas e demais especificações técnicas estabelecidas no Termo de referência, Edital e anexos

Recorrente: BOSCH METAL LIGA LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 10.809.809/0001-12

Recorrida: HEXITO SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF nº 33.497.544/0001-60


1. PRELIMINARMENTE

Em cumprimento ao disposto no artigo 13 e seus subitens do Edital de Pregão Eletrônico nº 111/2024, este pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 48/2024 - APPA, recebeu e analisou as razões do recurso da licitante **BOSCH METAL**, assim como as contrarrazões recursais da empresa **HEXITO**, de forma a proferir sua decisão sobre o recurso administrativo.


ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

Inicialmente, cumpre destacar que os argumentos da Recorrente foram apresentados no dia 09/12/2024, tempestivamente, portanto, dentro do lapso temporal previsto pelo Edital para execução do ato, conforme extraído da plataforma “licitacoes-e” e e-mail:

03/12/2024 21:13:17:438 BOSCH METAL LIGA LTDA Manifestamos o interesse de recurso ao não atendimento aos itens.11.1 , do envio de documentos e 11.7 do edital, o qual demais informações será apresentado em momento oportuno. Atte.

De:  "Bosch Metal" <boschmetal@gmail.com>
Para: "APPA EQUIPE DE PREGÃO" <pregaoeletronico@appa.pr.gov.br>
Data: 09/12/2024 22:46
Assunto: Re: RECURSO ADMINISTRATIVO PE 111/2024 - BOSCH METAL LIGA
Anexos: 2 arquivos :: Baixar todos de uma vez
— Recurso Administrativo.PRO.162364.rd.pdf (867.65 KB)
— ANEXOS.zip (1.9 MB)

Tempestiva também a manifestação da recorrida que apresentou contrarrazões em 11/12/2024, eis que intimada em 10/12/2024.

De:  edson.hirata@hexitoengenharia.com.br
Para: pregaoeletronico@appa.pr.gov.br
Data: 11/12/2024 18:39
Assunto: Referente Pregão Eletrônico SAP nº 111 /2024 - CONTRARRAZÕES
Anexos: 6 arquivos :: Baixar todos de uma vez
— image001.png (14.95 KB)
— Portaria 104-2023 - Exoneração Coordenador III Orçamento.pdf (183.24 KB)
— Portaria 156-2022.pdf (78.51 KB)
— 4º Alteração de Contrato - Hexito Serviços de Engenharia Ltda - IDENTIFICADO.pdf (5.55 MB)
— 4º Alteração de Contrato - Hexito Serviços de Engenharia Ltda (ORIGINAL).pdf (386.13 KB)
— Contrarrazões - Hexito Serviços de Engenharia LTDA - Assinado (01).pdf (833.36 KB)

Examinando os pontos discorridos na peça recursal em confronto com as contrarrazões, com a legislação, doutrina e jurisprudência correlatas ao tema, expõem-se abaixo as medidas adotadas e as ponderações que fundamentaram a decisão final

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

2. RAZÕES RECURSAIS

Insurge-se a Recorrente, em apertada síntese, contra a declaração de vencedora da recorrida, com os seguintes argumentos:

- a) Sugere irregularidades em virtude da suposta violação ao item 11.7.1, “d.1” pela ausência da apresentação, de forma tempestiva, de documento obrigatório de habilitação;
- b) Aponta violação do item 4.4.3 do Edital, do art. 31, inciso III do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e do art. 38, parágrafo único, inciso III da Lei Federal 13.303/2016, com relação à vedação temporal para participar do certame.
- c) Requer a inabilitação da recorrida nos termos dos itens 11.7.2 e 11.8.4 do edital.

3 - NO MÉRITO

Quando da realização dos procedimentos licitatórios, a Comissão Permanente de Licitações e Cadastro e a Administração da APPA não tem medido esforços para dar a maior transparência e aplicação dos princípios que regem a Licitação, em especial o contido no art. 31 da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os procedimentos desta Empresa Pública:

As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a **seleção da proposta mais vantajosa**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobre preço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, **da economicidade**, do desenvolvimento nacional sustentável, **da vinculação ao instrumento convocatório**, da obtenção de **competitividade** e do **julgamento objetivo**.
(grifo nosso)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

Em que pese as alegações postas pela recorrente, importa destacar que o instrumento convocatório é claro quando determina especificamente todas as regras da disputa. E mais: todos os licitantes declaram expressamente seu “aceite do edital”, comprovando ter conhecimento de todas os procedimentos incidentes sobre a disputa, assim como das especificações do objeto licitado.

3.1. Da suposta violação ao item 11.7.1, “d.1”, pela ausência da apresentação, de forma tempestiva, de documento obrigatório de habilitação.

O item posto em discussão é sobre o qual pende a irresignação da recorrente, está incluso nos documentos solicitados quanto à habilitação técnica. Vejamos:

11.7.1.A empresa classificada deverá apresentar os seguintes documentos para comprovação da CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:

(...)

d) Deverá ser indicado 01 (um) Engenheiro Mecânico e/ou Engenheiro Civil para atuar como Responsável Técnico pelos serviços, com experiência comprovada. A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos para comprovação de capacidade técnica profissional:

d.1. Declaração de Responsabilidade Técnica deste profissional, conforme Modelo do Edital;

d.2. Comprovação do registro de pessoa física do profissional indicado de nível superior, devidamente reconhecido pela entidade competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

d.3. O Engenheiro Responsável Técnico indicado pela empresa licitante deverá comprovar que possui experiência, apresentando Atestado Técnico com Certidão de Acervo Técnico (CAT), devidamente certificado pelo CREA, atestando que o profissional tenha executado serviços com características semelhantes ao objeto licitado, compreendendo:

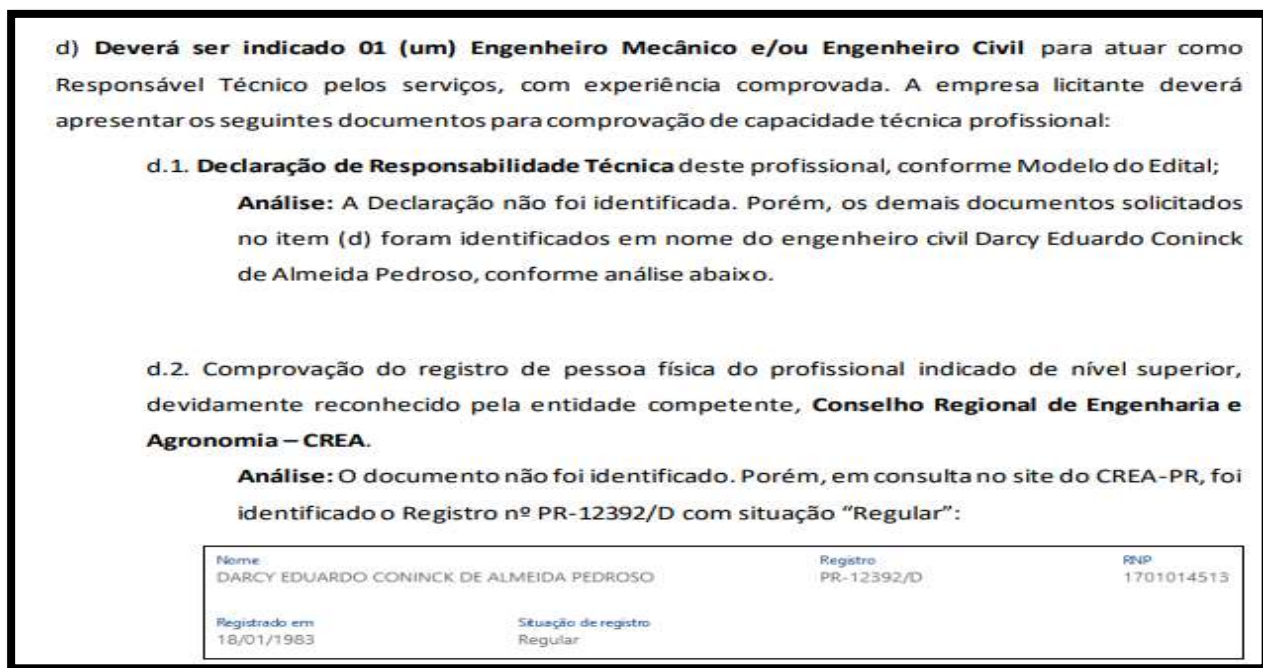
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

- Execução de serviços de substituição de torres metálicas e/ou semelhantes.

Encerrada a disputa, a arrematante, ora recorrida, foi notificada para o envio da documentação e proposta ajustada ao lance vencedor, cujos documentos foram remetidos para esta Administração em 08/11/2024:



Atendendo aos trâmites internos, a documentação foi encaminhada ao setor técnico requisitante, cujo parecer destacamos o contido relativo a alínea “d” e ss.:



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

- A comprovação do vínculo profissional com a empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

Análise: A proponente **atendeu** adequadamente ao solicitado (pp. 68-69 – Contrato de Prestação de Serviços).

d.3. O Engenheiro Responsável Técnico indicado pela empresa licitante deverá comprovar que possui experiência, apresentando **Atestado Técnico com Certidão de Acervo Técnico (CAT), devidamente certificado pelo CREA**, atestando que o profissional tenha executado serviços com características semelhantes ao objeto licitado, compreendendo:

- Execução de serviços de substituição de torres metálicas e/ou semelhantes.

Análise: A proponente **atendeu** adequadamente ao solicitado (pp. 59-67 – CAT nº 252019101401, 252013033913 e 252013033932).

Podemos observar que o item “d” é subdividido em d.1, d.2, d.3 e d.4, e tratam da indicação de 1 engenheiro mecânico e/ou engenheiro civil.

Ora, se a recorrida cumpriu o exigido nos itens d.2 e ss., a realização de diligência para o fim de apenas atender ao exigido quanto à declaração de responsável técnico, através de diligência, é medida absolutamente regular e amparada na Lei e Regulamento, pois se trata de confirmar situação pré-existente sem acréscimo de documento novo, apto a justificar a inabilitação da recorrida.

Nesse sentido, foi a manifestação da DEM na parte final do parecer acerca do item d.1. Vejamos:

d.1. Declaração de Responsabilidade Técnica deste profissional, conforme Modelo do Edital;

Análise: A Declaração não foi identificada. Porém, os demais documentos solicitados no item (d) foram identificados em nome do engenheiro civil Darcy Eduardo Coninck de Almeida Pedroso, conforme análise abaixo.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

Na análise realizada, o setor demandante identificou a apresentação de todos os outros documentos com indicação do responsável técnico, como segue:

d.2. Comprovação do registro de pessoa física do profissional indicado de nível superior, devidamente reconhecido pela entidade competente, **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**.

Análise: O documento não foi identificado. Porém, em consulta no site do CREA-PR, foi identificado o Registro nº PR-12392/D com situação “Regular”:

Nome	Registro	RNP
DARCY EDUARDO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO	PR-12392/D	1701014513
Registrado em	Situação de registro	
18/01/1983	Regular	

- A comprovação do vínculo profissional com a empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

Análise: A proponente **atendeu** adequadamente ao solicitado (pp. 68-69 – Contrato de Prestação de Serviços).

d.3. O Engenheiro Responsável Técnico indicado pela empresa licitante deverá comprovar que possui experiência, apresentando **Atestado Técnico com Certidão de Acervo Técnico (CAT)**, **devidamente certificado pelo CREA**, atestando que o profissional tenha executado serviços com características semelhantes ao objeto licitado, compreendendo:

- Execução de serviços de substituição de torres metálicas e/ou semelhantes.

Análise: A proponente **atendeu** adequadamente ao solicitado (pp. 59-67 – CAT nº 252019101401, 252013033913 e 252013033932).

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

Podemos observar que os demais documentos solicitados no item relativo à responsabilidade técnica (item d), foram identificados no nome do engenheiro civil Darcy Eduardo Coninck de Almeida Pedroso, faltando apenas e tão somente, uma declaração expressa que ele seria o responsável técnico.

Realizada a diligência, foi apresentada a Declaração nos seguintes termos:

1)	<p>Engenheiro Responsável técnico pelos serviços contratados:</p> <ul style="list-style-type: none">Nome: Darcy Eduardo Coninck de Almeida PedrosoCREA PR: 016013-4	<p>DARCY EDUARDO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO:34561862900</p> <p>Assinado de forma digital por DARCY EDUARDO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO:34561862900 Dados: 2024.11.26 18:41:37 -03'00'</p> <hr/> <p>Assinatura do Responsável técnico – Eng. Civil</p>
2)	<p>Engenheiro Responsável técnico pelos serviços contratados:</p> <ul style="list-style-type: none">Nome: Edson Kazuo HirataCREA PR: 140474/D	<p>Documento assinado digitalmente</p> <p>EDSON KAZUO HIRATA Data: 26/11/2024 16:38:37 -0300 Verifique em https://validar.itl.gov.br</p> <hr/> <p>Assinatura do Responsável técnico – Eng. Mecânico</p>

Mostra-se clara uma situação preexistente, cujo documento apresentado pós diligência, apenas ratificou o que já estava expresso nos documentos anexados, respeitando os princípios da igualdade, competitividade e busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Aproveitamos este ponto apenas para tecer alguns comentários acerca da aplicação do princípio do formalismo moderado e da possibilidade da Administração sempre buscar a proposta mais vantajosa, inclusive com a tomada de medidas como diligências de

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

averiguações e complementações, atendendo ao preconizado pelos Tribunais no tocante ao tema já sedimentado da não inabilitação sumária da licitante que ofertou proposta mais vantajosa e que possa, dentro dos ditames vinculativos do instrumento convocatório, ser aproveitada.

A suposta inconsistência apontada em sede de recurso, restou devidamente esclarecida, pelos próprios documentos carreados aos autos.

Ressalta-se, no tocante ao tema, as palavras de Pedro Paulo de Rezende Porto Filho:

A licitação não é uma corrida de obstáculos. Todos os atos administrativos têm finalidades que devem ser alcançadas de forma direta ou indireta. Não seria crível que a lei, ao atribuir ao administrador a faculdade de realizar diligências, se satisfizesse com qualquer decisão sua, razoável ou não, e que certa solução fosse acolhida pelo ordenamento jurídico, ainda que não fosse a melhor para atender ao interesse público. Nessa linha, promover ou não diligência não é ato de vontade da comissão de licitação, que dependa do humor dos seus integrantes. Eles, no exercício da função pública, têm o dever de perseguir a proposta mais vantajosa e praticar todos os atos necessários para encontrar a que satisfaça o interesse público do modo mais perfeito (no caso, com a maior amplitude possível do universo de licitantes) (grifamos). O dever de diligência e o princípio da economicidade no julgamento das propostas comerciais. Revista Zênite de Licitações e Contratos – ILC, Curitiba: Zênite, n. 115, p. 777, set. 2003, seção Doutrina/Parecer/Comentários.

Por trás dessa prerrogativa encontram-se a finalidade da busca da proposta mais vantajosa pela Administração, bem como a aplicação do formalismo moderado nos certames licitatórios ponderado com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Nesta seara, O TCE/PR julgou representação em que se alega o excesso de rigor formal do ato do pregoeiro que declarou a licitante inabilitada no certame. O relator destacou que “depreende-se da Ata de Sessão (peça nº 20) que a inabilitação da licitante representante

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

deu-se em razão de um equívoco, qual seja: juntou ‘Certidão de Contribuinte Mobiliário’ ao invés de ‘Certidão Negativa de Débitos Municipais’ e “que os fatos narrados nos autos sugerem que a Administração Pública Municipal, por meio de seu Pregoeiro, não diligenciou no sentido de sanar a irregularidade formal”. Diante desse cenário e, considerando a grande discrepância entre os valores apresentados pela licitante inabilitada, classificada em primeiro lugar, e as demais participantes do pregão, o julgador entendeu que a conduta consistente na ausência de diligência por parte do pregoeiro “não se pautou em buscar a proposta efetivamente mais vantajosa economicamente, agindo com excessivo rigor formal, que pode ter violado frontalmente os princípios da razoabilidade e proporcionalidade”. Dando continuidade à análise, o julgador enfrentou questão atinente à interpretação e aplicação das regras editalícias, ressaltando que “o princípio da legalidade tem assumido novos contornos, ganhando compreensão mais ampla, chamando-se princípio da juridicidade, segundo o qual o aplicador do direito e agente administrativo deve privilegiar uma interpretação menos positivista e mais balizada na efetiva concretização da justiça material e do interesse público”. Complementou o raciocínio afirmando que “não se trata de mitigar a importância do princípio da legalidade. Pelo contrário, trata-se de agregar ao conceito de legalidade estrita as noções de ponderação e juízo de valor por parte do intérprete e do aplicador do direito, para que se atinja a real finalidade de toda e qualquer atividade do Estado, que é o interesse público”. (TCE/PR, Acórdão nº 5.019/2017, Rel. Cons. Ivan Lelis Bonilha, j. em 14.12.2017.)

No mesmo sentido temos o Superior Tribunal de Justiça cujo entendimento jurisprudencial sobre a necessidade de se temperar o rigorismo formal de algumas exigências do edital licitatório, a fim de manter o caráter competitivo do certame, selecionando-se a proposta mais vantajosa à Administração Pública, caso não se verifique a violação substancial aos demais princípios informadores deste procedimento. Precedentes. 7. Recurso especial conhecido parcialmente e, nesta parte, não provido”. (STJ, REsp nº 997.259/RS, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 25.10.2010.)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

Refutadas e exaustivamente comprovado o atendimento a todos os requisitos de habilitação exigidos, não resta outra alternativa senão negar provimento quanto ao alegado sobre o tema na peça recursal.

3.2. Da suposta violação ao item 4.4.3 do Edital, do art. 31, inciso III do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e do art. 38, parágrafo único, inciso III da Lei Federal 13.303/2016

O item 4.4.3 do edital prevê:

Não poderão participar, direta ou indiretamente, licitantes que mantenham sociedade ou participação com servidor (es) ou dirigente (s) que esteja (m) ligado (s) a qualquer um dos órgãos envolvidos no processo em análise. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista conforme consta do art. 38, § único, incisos I, II, alíneas “a”, “b”, “c” e III da Lei nº 13.303/2016, e no Art. 30 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.

O citado art. 38, parágrafo único, incisos I, II alíneas “a”, “b”, “c” e III da Lei nº 13.303/2016 reza:

Art. 38. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou sociedade de economia mista a empresa:

(...)

Parágrafo único. Aplica-se a vedação prevista no caput :

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;

b) empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

c) autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

E o art. 30 e 31 do Regulamento Interno de Licitações e contratos da APPA – RILC, com destaque para o inciso III do art. 31 que trata do tema:

Art. 31 Aplica-se a vedação prevista no artigo acima:

(...)

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a APPA há menos de 6 (seis) meses;

O tema é de simples interpretação pois o prazo é categórico: “.... terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a APPA há menos de 6 (seis) meses”.

Suscitado o suposto impedimento, a COLIC buscou informações junto ao Departamento de Recursos Humanos da APPA, cuja íntegra da resposta aqui espelhamos:



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

Comprovado está que o sócio da empresa recorrida Sr. Edson Kazuo Hirata, foi nomeado em 01/07/2022 e exonerado em 05/05/2023. Da exoneração até a abertura do certame PE 111/2024 ocorrida em 05/11/2024, passaram-se 18 (dezoito) meses, prazo bem superior ao exigido por lei e regulamento que é de 6 (seis) meses. Portanto, razão alguma assiste ao recorrente.

Importante destacar ainda, o cuidado que a recorrida tomou quando seu sócio Sr. Edson ingressou nesta empresa pública, ao providenciar alteração social (quarta alteração), atribuindo a administração ao outro sócio, Sra. Fernanda Hirata. Após alguns meses da sua exoneração, já em outubro de 2023, providenciou nova alteração social (oitava), retornando como sócio administrador, conforme excerto:

 Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná

 **PARANÁ**
GOVERNO DO ESTADO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA
Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são válidas na data da sua expedição.

Nome Empresarial: HEXTO SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA		Protocolo: PRC2423415759	
NIRE: 41209037419 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			
NIRE (Sede) 41209037419	CNPJ 33.497.544/0001-60	Data de Ato Constitutivo 30/04/2019	Início de Atividade 30/04/2019
Endereço Completo Rua SUBTENENTE ONOFRE MOREIRA DA ROCHA, Nº 389, QUADRA13 LOTE 30, VILA GARCIA - Paranaguá/PR - CEP 83218-120			
Objeto Social MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERACAO E VENTILACAO PARA USO, SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS INDUSTRIAL E COMERCIAL, MANUTENCAO E REPARACAO DE EMBARCACOES E ESTRUTURAS FLUTUANTES, MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORARIAS, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, SERVICOS DE PERICIA TECNICA RELACIONADOS A SEGURANCA DO TRABALHO, TESTES E ANALISES TECNICAS, ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SEM OPERADOR, LOCAAO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA, MANUTENCAO E REPARACAO DE EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E PNEUMATICOS, EXCETO VALVULAS, SERVICOS DE ENGENHARIA E LOCAAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR			
Capital Social R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) Capital Integralizado R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais)	Porte ME (Microempresa)	Prazo de Duração Indeterminado	
Dados do Sócio Nome EDSON KAZUO HIRATA	CPF/CNPJ 041.013.099-06	Participação no capital R\$ 700.000,00	Espécie de sócio Sócio
Administrador S		Término do mandato Indeterminado	
Dados do Administrador Nome EDSON KAZUO HIRATA		CPF 041.013.099-06	Término do mandato Indeterminado
Último Arquivamento Data 11/10/2023	Número 20237255065	Ato/eventos 002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	Situação ATIVA Status SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 06/11/2024, às 13:47:19 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código **TKL25F9Z**.
Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (<https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco>) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretaria Geral

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

Ainda quanto ao alegado da suposto risco de conflito de interesses que poderiam gerar impedimento quanto ao sócio da recorrida, as ponderações da recorrente quando fala “ (i) o Sr. Edson Hirata exerceu, de forma concomitante, o cargo de Coordenador da APPA e de Sócio na empresa Hêxito Serviços de Engenharia LTDA.; (ii) sua função na APPA envolvia, diretamente, elaboração de documentos técnicos para processos licitatórios do órgão, incluindo, ainda, fiscalização e acompanhamento dos contratos administrativos”, são absolutamente infundadas e desprovidas de qualquer prova.

Não existe impedimento de ser sócio de alguma empresa e ser nomeado para o serviço público. O que não poderia é continuar como administrador, o que providenciou na Quarta alteração contratual.

Quanto às funções que desempenhou na APPA, não trouxe a recorrente qualquer prova que, enquanto o recorrido estava vinculado a esta empresa pública, tenha participado diretamente da elaboração de projeto envolvendo o objeto licitado, não passando apenas de meras conjecturas, cujo tempo decorrido entre a exoneração e a abertura do certame (18 meses), derrubam as supostas e inexistentes irregularidades quanto a participação da recorrida no certame licitatório.

Destarte, também neste ponto, não merece guarida o pleito recursal da recorrente.

4. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto:

- a. Resta conhecido o recurso da recorrente BOSCH METAL LIGA LTDA e no mérito NEGADO PROVIMENTO, para MANTER como vencedora do certame a recorrida HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, com o valor de R\$ 2.393.000,00 (Dois milhões, trezentos e noventa e três mil reais).**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

- b. Seja enviado à **AUTORIDADE SUPERIOR** para, após a manifestação da DJU, ratificar ou não a decisão deste pregoeiro, assim como promover a competente adjudicação e homologação do presente certame.

Paranaguá, 23 de janeiro de 2025.

Assinado digitalmente

ANGELO GERALDO BOCHENEK

Pregoeiro e Coordenador de licitações



ePROTOCOLO

COMUNICAÇÃO INTERNA 499/2025.

Documento: **JULGAMENTORECURSOADMINISTRATIVO.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Angelo Geraldo Bochenek (XXX.057.489-XX)** em 23/01/2025 16:44.

Inserido ao documento **1.097.014** por: **Angelo Geraldo Bochenek** em: 23/01/2025 16:44.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

5b16c22deb18ac0c8db44ebfecb9fbc.